



PROCESSO N.º 392/06

PROTOCOLO N.º 8.752.524-4/05

PARECER N.º 450/06

APROVADO EM 06/10/06

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SENHORINHA
MIRANDA MENDES – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO
FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: PALMAS

ASSUNTO: Pedido de autorização de funcionamento da Educação de Jovens e
Adultos – Ensino Fundamental – Fase I.

RELATOR: ARCHIMEDES PERES MARANHÃO

I - RELATÓRIO

1 - A Secretaria de Estado da Educação encaminha, pelo ofício n.º 634/06-GS/SEED, com incluso Parecer n.º 574/06, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento - CEF/SEED, o protocolo em referência, pelo qual a direção da Escola Municipal Professora Senhorinha Miranda Mendes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Palmas, mantida pela Prefeitura Municipal, solicita autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006.

2 - Dados Gerais do Curso

- Curso: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.
- Regime de funcionamento: preferencialmente no período noturno.
- Regime de matrícula: concomitante, em todas as áreas do conhecimento
- Carga horária: 1.200 (mil e duzentas) horas.
- Modalidade de oferta: presencial.
- Frequência mínima de 75% da carga horária total prevista na matriz curricular.



PROCESSO N.º 392/06

3 - Organização Curricular

Os conteúdos escolares estão organizados por área do conhecimento. As áreas referentes ao Ensino Fundamental – Fase I, estão dispostas na Matriz Curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Matriz Curricular

ESTABELECIMENTO: Escola Municipal Professora Senhorinha Miranda Mendes – Educação Infantil e Ensino Fundamental .				
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Palmas – Paraná				
MUNICÍPIO: Palmas - Paraná		NRE : Pato Branco		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2006		FORMA: Simultânea		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1200 horas 1440 H/A				
ÁREAS DO CONHECIMENTO	1ª Etapa	2ª Etapa	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA	600 h	600 h	1.200	1.440
MATEMÁTICA				
ESTUDOS da SOCIEDADE e da NATUREZA				
TOTAL	600 h	600 h	1.200	1.440
<i>Total de Carga Horária do Curso</i>		<i>1.200 horas - 1.440 horas/aula</i>		

4 - Processo de Avaliação

O processo de avaliação, classificação e promoção estão descritos no Regimento Escolar (cf. fls. 106 a 108).

5 - O Plano de Capacitação Continuada do Corpo Docente está descrito às folhas 117 e 118 do processo.



PROCESSO N.º 392/06

6 - Corpo Docente

A relação dos docentes indicados para o curso consta do ANEXO I deste Parecer.

7 - Recursos Físicos e Materiais

Os recursos físicos e materiais estão descritos à folha 144 do referido processo.

8 - Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 214/05 (cf. fl. 140), do NRE de Pato Branco, constatando “*in loco*” a existência das condições mínimas para o regular funcionamento, bem como da Proposta Pedagógica adequada à Deliberação n.º 14/99-CEE e do Regimento Escolar adequado à Deliberação n.º 16/99-CEE, foi de parecer favorável à autorização de funcionamento do curso (cf. fl. 146).

II - VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto e o Parecer n.º 574/06-CEF/SEED, somos pela autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, presencial, de forma simultânea, a partir do início do ano letivo de 2006, com matrícula concomitante em todas as áreas do conhecimento e com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas, na Escola Municipal Professora Senhorinha Miranda Mendes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Palmas, mantida pela Prefeitura Municipal.

A autorização do curso, em caráter excepcional, terá validade por 4 (quatro) anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório, renovável após verificação complementar, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, conforme art. 34 da Deliberação n.º 04/99 - CEE, desde que, após 2 (dois) anos da autorização, tenha avaliação favorável pela SEED.

Devolva-se o processo ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.



ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N.º 392/06

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto do Relator.
Curitiba, 05 de outubro de 2006.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.
Sala Pe. José de Anchieta, em 06 de outubro de 2006.



PROCESSO N.º 392/06

ANEXO I

Estabelecimento: Escola Municipal Professora Senhorinha Miranda Mendes –
Educação Infantil e Ensino Fundamental

Município: Palmas

Curso: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I

RELAÇÃO DE DOCENTES

DOCENTE	FORMAÇÃO
Cleusa Mary de Siqueira	- Normal de Nível Médio
Ivone Aparecida Freitas	- Habilitação Magistério – 2º Grau
Jane Maria Vingra	- Habilitação Magistério – 2º Grau - Licenciatura em História
* Jaqueline Antonelle Baptista Dornelles	- Pedagogia – Magistério Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e Supervisão Escolar
Maria das Graças Schernosk Ribas	- Habilitação Magistério – 2º Grau - Especialização: História do Brasil
* Mary Fátima Vingra Saldanha	- Pedagogia – Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Orientação Educacional
Neusa Inês de Marco	- Habilitação Magistério – 2º Grau - Pedagogia – Magistério Matérias Pedagógicas do 2º Grau - Especialização: Educação Especial – DM
Luciane Petrykoski	- Habilitação Magistério – 2º Grau



PROCESSO N.º 392/06

DOCENTE	FORMAÇÃO
Ivone Pelizari Loureiro	- Habilitação Magistério – 2º Grau - Estudos Adicionais: Educação Especial – DM - Pedagogia – Magistério Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Supervisão Escolar - Especialização: Metodologia Séries Iniciais Ensino Fundamental e Educação Infantil
Nathiely Juliana Ribeiro	- Habilitação Magistério – 2º Grau
Luciana Silva Tesseroli	- Habilitação Magistério – 2º Grau
Maria Lúcia Flesch	- Habilitação Magistério – 2º Grau
Terezinha de Fátima Guerios Tonial	- Habilitação Magistério – 2º Grau

* Comprovar habilitação específica



PROCESSO N.º 392/06

DECLARAÇÃO DE VOTO

A definição quanto ao período de vigência de autorização de cursos de EJA precisa ser analisado com cautela. O artigo 34 da Deliberação CEE n.º 04/00 define que, quando a autorização para funcionamento referir-se às quatro primeiras séries ou ciclo do Ensino Fundamental ou Fase I da Educação de Jovens e Adultos, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, o ato será concedido por um período de quatro anos.

Contudo, a Deliberação CEE n.º 12/99 deu nova configuração para os cursos de EJA. A Deliberação n.º 08/00-CEE consolidou o processo de aligeiramento. O quadro comparativo abaixo ilustra as mudanças ocorridas após a aprovação de Deliberação n.º 04/00-CEE:

Quantidade de horas-aula	Deliberação 34 de 29/11/1984	Deliberação 12 de 03/09/99	Deliberação 08 de 20/12/00
Fase I	*1	1300 horas-aula	1200 horas-aula
Fase II	2000 horas-aula	1900 horas-aula	1200 horas-aula
Fase III 2º Grau/Ens. Médio	1950 horas-aula	1600 horas-aula	1200 horas-aula

Deve-se concordar que os cursos de EJA passaram por mudanças significativas. A Deliberação que nivelou a carga horária em 1200 horas-aula definiu em seu Artigo 17:

“A autorização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos terá validade de 02 (dois) anos, devendo submeter-se após esse período a processo de avaliação pelo Sistema Estadual de Ensino.”

Portanto, os Conselheiros que aprovaram a Deliberação CEE n.º 08/00 tiveram o bom senso de definir um processo de avaliação, após dois anos de execução da forma de oferta com 1200 horas-aula, para, com base na

¹ A Deliberação 34/84, em seu Artigo 21, definia uma duração mínima de 3320 horas-aula para o curso de 1º grau supletivo. Ocorre que os cursos eram ofertados na forma sistemática e assistemática. A forma assistemática permitia organizações outras, inclusive EAD, contudo o processo de avaliação era sempre fora do processo.



PROCESSO N.º 392/06

avaliação, definir pela continuidade ou alteração desta oferta. Como ainda não houve esta avaliação sistemática não podemos concordar com autorização de quatro anos para nenhuma das fases em quaisquer circunstâncias. Após o processo de avaliação já propusemos na Deliberação CEE n.º 06/05 o período de quatro anos, não somente para Fase I como também para todas as fases.

É lamentável a confusão que se faz entre cursos e exames. A defesa de avaliação no processo para os cursos aligeirados tem sido um desastre e uma forma de emissão de certificados e diplomas sem lastro com o conhecimento correspondente, mas atende ao desejo de manutenção da exploração desta fatia do mercado educacional, onde se acolhe a demanda dos excluídos, que hora ou outra precisam de um papel para comprovar a escolaridade que não tiveram, para poderem disputar empregos de baixa qualificação, onde os selecionadores realizam corte escolar para facilitar o trabalho de seleção dos mais aptos ao conhecimento tácito.

Seria mais tranqüilo organizar cursos assistemáticos para quem não pode freqüentar a escola na idade apropriada, se não existissem fortes interesses mercadológicos na oferta. Quantos impérios educacionais privados foram montados com os recursos arrematados dos cursos de EJA?

A sociedade desigual em que vivemos não pode ler a Lei 9394/96 e interpretar em seu conjunto os artigos 7º, 17 e 37. Não existe na cabeça da maioria dos juízes o conceito de eqüidade; igualdade já é pedir muito. Precisamos da intervenção conjunta dos poderes públicos nos cursos de EJA, num projeto que garanta ensino de qualidade gratuito, senão continuaremos enganando muita gente e nos enganando quando acreditamos que fazemos nossa parte, o que é pior. Os processos aligeirados de Cursos de EJA da oferta privada tem influenciado negativamente a oferta pública de EJA e a oferta de EJA, tem influenciado negativamente, em termos de aligeiramento, encurtamento do roteiro de estudos, dos cursos regulares da oferta pública e privada.

Precisamos acordar um processo de avaliação da qualidade dos cursos de EJA e todos os atores educacionais devem se empenhar nesta tarefa. Encurtar o itinerário de formação, o que fazemos desde a Deliberação CEE n.º 08/00 não pode implicar em facilidades para quem quer ganhar dinheiro fácil com a educação.

Arnaldo Vicente
Conselheiro